



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

AUDIODESCRIÇÃO ENQUANTO MODALIDADE TRADUTÓRIA: PRODUÇÃO DE AD PARA O LIVRO SUPER VALENTE

AUDIODESCRIPCIÓN COMO MODALIDAD DE TRADUCCIÓN: PRODUCCIÓN DE
AUDIODESCRIPCIÓN DEL LIBRO *VALIENTE VALENTÍN*

AUDIODESCRIPTION AS A MODALITY OF TRANSLATION: AUDIODESCRIPTION
PRODUCTION FOR THE BOOK *VALIANT VALENTÍN*

<https://doi.org/10.34024/olhares.2026.v14.22044>

Liliam Cristina Marins
Universidade Estadual de Maringá
liliamchris@hotmail.com

Laura Zanetti
Universidade Estadual de Maringá
zanettिल्cs@gmail.com

Cássia Rita Conejo Barbana
Universidade Estadual de Maringá
cassia.conejo@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar o processo de produção da audiodescrição da nota introdutória e da capa do livro infantil *Super Valente*, escrito por Alda Soares e ilustrado por Mariana Ribeiro, publicado em 2022. O objetivo é discutir a audiodescrição enquanto modalidade de tradução audiovisual e recurso de acessibilidade literária, a partir da experiência desenvolvida por participantes de um projeto de pesquisa da Universidade Estadual de Maringá. Metodologicamente, o trabalho caracteriza-se pela descrição e análise do processo tradutório coletivo, desenvolvido mediante discussão do texto de partida, produção colaborativa dos roteiros, reuniões de revisão e diálogo com a autora da obra, tendo como aporte os estudos críticos da deficiência e da acessibilidade e os estudos da tradução e da audiodescrição. Os resultados evidenciam que as escolhas tradutórias foram construídas coletivamente e envolveram adaptações lexicais, expansões interpretativas e a contextualização de elementos visuais, culturais e geográficos presentes na obra. Destaca-se, ainda, o potencial da audiodescrição para ampliar as possibilidades de acesso e construção de sentidos na leitura literária, contribuindo para uma experiência estética mais inclusiva, especialmente para crianças cegas ou com baixa visão.

Palavras-chave: Audiodescrição. Tradução. Literatura.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar el proceso de producción de la audiodescripción de la nota introductoria y la portada del libro infantil *Super Valente*, escrito por Alda Soares e ilustrado por Mariana Ribeiro en el año de 2022. El objetivo es analizar la audiodescripción como modalidad de traducción audiovisual y recurso para la accesibilidad



literaria a partir de la experiencia de los participantes en un proyecto de investigación de la Universidad Estatal de Maringá. Metodológicamente, el trabajo se caracteriza por la descripción y el análisis del proceso de traducción colectiva, desarrollado mediante la discusión del texto original, la producción colaborativa de guiones, reuniones de revisión y el diálogo con el autor de la obra, basándose en estudios críticos sobre discapacidad y accesibilidad, así como en estudios de traducción y audiodescripción. Los resultados muestran que las decisiones de traducción se construyeron colectivamente e implicaron adaptaciones léxicas, ampliaciones interpretativas y la contextualización de elementos visuales, culturales y geográficos presentes en la obra. Además, se destaca el potencial de la audiodescripción para ampliar las posibilidades de acceso y construcción de significado en la lectura literaria, contribuyendo a una experiencia estética más inclusiva, especialmente para niños ciegos o con discapacidad visual.

Palabras clave: Audiodescripción. Traducción. Literatura.

Abstract: This article aims to present the production process of the audio description for the introductory note and the cover of the children's book *Super Valente*, written by Alda Soares and illustrated by Mariana Ribeiro in 2022. The purpose is to discuss the audiodescription process as a form of audiovisual translation and a tool for literary accessibility considering the experience carried out in a research project at the State University of Maringá. Methodologically, this article focuses on describing and analyzing the collective translation process, conducted through discussion of the source text, collaborative script production, review meetings, and dialogue with the book author, taking into account the critical studies of disability and accessibility as well as studies of translation and audio description. The results show that translation choices were made collectively and involved lexical adaptations, interpretative widening and the contextualization of visual, cultural and geographical elements present in the book. The audio description also widens opportunities for access and meaning-making in literary reading, contributing to a more inclusive experience, especially for children who are blind or have low vision.

Keywords: Audiodescription. Translation. Literature.

Introdução

A leitura literária tem um importante papel na formação do indivíduo desde a infância até a vida adulta. No entanto, pessoas com deficiência visual encontram barreiras de acesso à literatura e aos textos imagéticos quando não dispõem de recursos adequados de acessibilidade. No Brasil, o termo deficiência visual contempla diferentes condições relacionadas à perda ou à redução da função visual. O Decreto nº 5.296/2004 estabelece critérios para a deficiência visual, englobando a cegueira e a baixa visão. Já a Lei nº 14.126/2021 classifica a visão monocular como deficiência sensorial do tipo visual, para efeitos legais (BRASIL, 2004; BRASIL, 2021). Assim, neste trabalho, o termo deficiência visual é empregado de maneira abrangente, contemplando pessoas cegas, com baixa visão ou com visão monocular. Essa informação é relevante quando se discute acessibilidade literária, pois diferentes condições visuais implicam diferentes necessidades de utilização de recursos de tecnologia assistiva.

Os Estudos da Tradução contemplam na contemporaneidade outros tipos de produções que não se restringem ao signo verbal, como postulado por Jakobson (1969), por meio da interpretação de signos verbais para sistemas de signos não verbais. Assim, diferentes áreas passaram a ser estudadas à luz dos estudos da



tradução, como o cinema, a música, a dança, legendas e dublagens, além das tecnologias assistivas (TA), as quais incluem a audiodescrição (AD), afastando a tradução de uma concepção restrita à passagem de um texto escrito de uma língua para outra.

A audiodescrição, enquanto um recurso que traduz do meio semiótico visual para o auditivo, viabiliza o acesso, sobretudo para pessoas cegas ou com baixa visão, não somente a textos literários ilustrados, como também a espetáculos de dança, a encenações de peças, a exibições de filmes, entre outros. Dessa forma, evidencia-se como a tradução audiovisual é uma ferramenta de acessibilidade a uma infinidade de práticas culturais e sociais visuais a corpos que recorrem a outras semioses para a construção de sentidos para além da visão. Contudo, de acordo com Marins (2023), ainda são poucos os projetos e obras culturais que disponibilizam esse recurso em meios semióticos distintos, embora haja alta demanda para a prática de AD no Brasil.

Quando falamos de acessibilidade literária, por exemplo, crianças com deficiência visual compõem um público que, embora numeroso, é sistematicamente excluído da formação leitora escolar e cultural. No Censo Escolar da Educação Básica de 2023, que traz os últimos dados sistematizados aos quais temos acesso, havia 4.321 estudantes cegos matriculados nas escolas da educação básica no Brasil, sem contar os de baixa visão ou com visão monocular.

Ao levar em consideração a necessidade de propostas que favorecem a oferta de acessibilidade literária por meio da AD, o Grupo de Estudos em Tradução, Adaptação e Intermedialidade (GETAI), desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá e coordenado pela professora Liliam Cristina Marins, propôs, além de traduções, também a prática da audiodescrição, no sentido de oportunizar o acesso a textos imagéticos para pessoas com deficiência visual de forma que esses indivíduos possam usufruir de uma experiência estética mais completa ao acessar determinados textos. Uma frente de trabalho do projeto supracitado foi a produção de AD para o livro infantil *Super Valente*, escrito por Alda Soares, ilustrado por Mariana Ribeiro e publicado de forma independente pela autora em 2022. Fundamentado em abordagens teóricas que valorizam a interpretação da realidade visual, o projeto reflete uma perspectiva crítica acerca do capacitismo e reafirma a importância de práticas inclusivas que considerem as necessidades comunicativas da população com deficiência visual.

A história narrada no livro infantil *Super Valente* é autoficcional, sendo o personagem Valentim do livro filho da autora. Ela escreve sobre o tratamento para o câncer pelo qual o filho passou aos 3 anos de idade. As ilustrações, elaboradas por Mariana Ribeiro, foram baseadas em fotografias que Alda tirava no decorrer do tratamento do filho e a temática foi escolhida pela autora por ela não ter encontrado nenhum livro infantil que abordasse o tema do câncer infantil voltado para crianças. A escolha do livro para ser trabalhado no projeto se deu também por conta dessa relevância no sentido de, por um lado, apresentar para o público infantil de forma leve e lúdica a realidade de uma criança em tratamento de câncer, mas também de conscientizar as famílias sobre sinais precoces



que podem apontar o desenvolvimento da doença nos filhos – no final do livro, há uma parte informativa voltada para os adultos.

O objetivo deste trabalho é, portanto, apresentar o processo de produção da audiodescrição da nota introdutória e da capa do livro infantil *Super Valente* desenvolvido por participantes GETAI. Os pressupostos teóricos que ancoram o trabalho são os estudos críticos da deficiência (Dirth e Adams, 2018; Ferrari, 2023 e 2024) e acessibilidade; e conceitos de tradução, tradução coletiva e audiodescrição (Jakobson, 1969; Pappen, 2019; Plaza, 2013; Marins, 2023; Praxedes Filho, 2024; Vergara-Nunes, 2016). Esperamos, a partir das práticas desenvolvidas no GETAI, contribuir com a promoção de acessibilidade, em especial para crianças cegas ou com baixa visão, bem como para outros públicos que também necessitam desse recurso de TA ou que desejam desenvolver outros sentidos na leitura.

Tradução como recurso de acessibilidade

Conforme Onã (2019), fazemos parte de uma cultura ocularcêntrica em que predomina a visão como primeiro contato com os objetos culturais mais diversos, inclusive a literatura. No tocante às pessoas com deficiência visual ou baixa visão, percebemos como essa cultura centrada no visual tem deixado essas pessoas à margem da sociedade em muitos aspectos. Dirth e Adams (2019) constataam que o conceito de deficiência é construído e mantido por sistemas de poder que, historicamente, valorizam corpos e mentes “normais”. Na contramão desta constatação, ambos propõem uma reestruturação do pensamento sobre a deficiência que desestabilize as categorias de normalidade de modo a circunscrever o corpo com deficiência nas esferas social, econômica e cultural. Assim, ao buscarmos fornecer possibilidades de acesso mais democrático em ambientes virtuais para indivíduos com deficiência, promovemos acessibilidade, especialmente aos indivíduos com deficiência visual.

Um dos recursos que permite a acessibilidade ao público cego ou com baixa visão é a AD, definida por Praxedes Filho e Arraes (2017) como uma modalidade de tradução audiovisual que transforma elementos visuais em uma narrativa verbal, permitindo que pessoas cegas e com baixa visão, bem como indivíduos com déficit de atenção, autismo e dislexia, compreendam conteúdos transmitidos por meio de imagens estáticas ou dinâmicas, como filmes, programas de TV, espetáculos, exposições, ilustrações e outros eventos culturais.

A profissão de audiodescritor foi reconhecida desde 2013 na categoria de tradutores pelo Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTECBO-2614-30), como exposto por Menezes (2019). O trabalho do audiodescritor consiste em uma re-interpretação da realidade apresentada no material (áudio)visual a ser descrito. A AD, dessa forma, não é o resultado de uma recepção passiva das imagens ou uma mera transposição de imagens sonoras. Longe disso, conforme nos informa Vergara-Nunes (2016), trata-se de um processo criativo elaborado que envolve o audiodescritor, entendido como um



sujeito capaz de interpretar o conhecimento veiculado pela imagem e transformar essa interpretação em um novo texto para ser veiculado de forma sonora seguindo, por vezes, um roteiro.

Além do audiodescritor, o processo de AD ainda pode contar com um narrador, que pode ser o próprio audiodescritor, e um consultor, que deve ser, necessariamente, uma pessoa cega. O processo da AD tem início com a elaboração do *script*, ou esboço do roteiro, e prossegue com a etapa obrigatória de consultoria. A participação do consultor cego é fundamental para a validação da tradução audiovisual, pois garante que o texto produzido seja compreensível, adequado e eficaz para o público destinatário. Na etapa final, o processo se completa com a redação do roteiro e a gravação em estúdio.

Conforme Barbosa (2021), o consultor em AD é uma pessoa com deficiência visual com formação específica na área de tradução, responsável por analisar a qualidade do roteiro, formular críticas e questionamentos, realizar revisões e, quando necessário, sugerir novas soluções tradutórias, sempre orientadas pelos critérios e diretrizes próprios da AD. Assim,

esse profissional é quem irá qualificar e validar os roteiros já elaborados, analisando os atributos semânticos, lexicais, encadeamento de ideias, organização das orações, clareza, coerência e vividez da audiodescrição frente a imagem que se quer esculpir (Barbosa, 2021, p. 32-33).

Ademais, Barbosa (2021) ressalta que o consultor deve dominar os diferentes graus da deficiência visual, de modo a contemplar a diversidade que caracteriza o público destinatário da AD. Considerando que o objeto de análise deste trabalho é a literatura infantil, torna-se igualmente imprescindível que esse profissional possua formação cultural específica na área, a fim de compreender as particularidades do meio e qualificar o processo audiodescritivo.

A participação de todos estes profissionais, aliados à comunidade de chegada, reforça o caráter colaborativo desta atividade tradutória, afastando uma concepção de tradução como reprodução, visto que, para que o texto exista em determinado tempo e espaço, além de um público-alvo específico, ele passará pela leitura e interpretação de quem o traduzir; ou seja, os sentidos produzidos nesta atividade nunca estarão livres das influências de práticas pessoais, coletivas e sociais (Marins, 2023).

Ao considerar a AD de imagens estáticas presentes em um livro voltado para o público infantil como o foco deste trabalho, destaca-se a importância de proporcionar às crianças não enxergantes condições de acesso à literatura e à sua formação enquanto leitoras de forma justa, assim como ocorre com as crianças enxergantes. É necessário, assim, recorrer a outros sentidos, como o tato, por meio do braile, ou da AD, por meio do som. Infelizmente, a produção de materiais com o recurso braile é bastante dispendiosa, de acordo com a Enap (2020). Já a produção de um livro falado é mais acessível em termos de disponibilidade (que pode ser digital) e de baixo custo.



De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), em seu capítulo II, artigo 68,

o poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação (Brasil, 2015).

Dessa forma, compreende-se que garantir o acesso à literatura para pessoas cegas constitui um dever do Estado, o que é reconhecido na legislação quando dispõe que livros em formato acessível são aqueles que contemplam “arquivos digitais reconhecidos e acessados por softwares leitores de tela ou outras tecnologias assistivas, possibilitando a leitura por voz sintetizada, a ampliação de caracteres, a adoção de diferentes contrastes ou a impressão em braile” (Brasil, 2015). Todavia, apesar de a legislação vigente assegurar tais direitos, Sá (2020, p. 5) observa que “ainda existe uma lacuna na oferta de livros acessíveis para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e mobilidade reduzida”. No que se refere especificamente à AD, embora seja cada vez mais comum, na contemporaneidade, o acesso a audiolivros, inclusive de caráter literário, são ainda escassos os materiais desse universo que oferecem, simultaneamente, audiodescrições das imagens que integram sua materialidade, especialmente quando se trata de obras voltadas ao público infantil. Segundo a Enap,

no Brasil, ainda existe uma lacuna na oferta de livros acessíveis para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e mobilidade reduzida. A discriminação por ausência de acessibilidade está presente até nos territórios institucionais onde se trabalha com o atendimento de pessoas com deficiência e onde, muitas vezes, não há oferta de livros e leituras em todos os formatos acessíveis. Pessoas com deficiências acabam discriminadas, impossibilitadas de acessar a literatura (Enap, 2020, p. 5).

Tornar enunciados imagéticos tangíveis a pessoas cegas é, em primeiro lugar, uma forma de justiça social e uma subversão da ordem social – e discursiva –, que coloca a deficiência no lugar da anormalidade – e não da diversidade –, reforçando atitudes capacitistas e tornando, no caso da literatura, a prática social excludente e para poucos.

O processo de AD coletiva em Super Valente

A literatura infantil e juvenil vai além de seu caráter pedagógico e se insere no campo da arte literária, com preocupações estilísticas e narrativas próprias. Obras deste subsistema têm como desafio a criação de textos que dialoguem com os jovens leitores, promovendo tanto o prazer da leitura quanto a formação crítica e estética.

No caso da literatura infantil, uma outra questão é a convergência entre ilustração, texto e projeto gráfico da obra como o ponto de partida para a cons-



trução de sentidos de seus leitores. De acordo com Frota (1996), a interpretação não se resume a atribuir um significado a um significante, mas envolve um processo de recepção do texto pelo leitor, uma vez que “um texto não existe sem um leitor e vice e versa” (Frota, 1996, p. 87). Dessa forma, para a autora, a interpretação é construída socialmente pela linguagem e por práticas sociais historicamente situadas.

Ao lermos as palavras de um texto e visualizarmos sua respectiva imagem, a interpretação passa pelos nossos filtros sociais, culturais e subjetivos. Do mesmo modo, um ouvinte cego ou com baixa visão, ao acessar a AD de uma obra literária, também faz a interpretação dessa obra por meio dos mesmos mecanismos: filtros sociais, culturais e subjetivos. Segundo Vergara-Nunes (2016), pessoas cegas percebem o mundo de forma diversa de pessoas enxergantes, uma vez que, no caso da cegueira congênita, por exemplo, esses indivíduos têm representações mentais que “podem não corresponder ao conhecimento contido na narrativa visual do material gráfico disponibilizado” (Vergara-Nunes, 2016, p. 26).

Uma outra discussão no âmbito da produção de AD, em especial de livros infantis, é sobre expandir interpretativamente determinados elementos imagéticos no sentido de entregar na AD uma espécie de interpretação para um ou outro elemento gráfico. Trata-se, então, da interpretação do audiodescritor acerca do material gráfico descrito. Ao iniciar a prática de produzir AD, o audiodescritor pode, muito facilmente, incorrer na interpretação das imagens por meio de adjetivação, por exemplo, de uma forma inconsciente. Quando ocorre a escolha consciente pela expansão interpretativa, contudo, não é com intenção capacitista, mas como um estímulo à negociação de significados e desenvolvimento da capacidade de interpretação na criança. Se, por um lado, a criança parte sempre do concreto, por outro lado, a fantasia compõe a imaginação e construção de sentidos para o imaginário infantil.

Pensando nessas questões que circundam a AD e a literatura infantil, o grupo de estudos GETAI buscou produzir descrições das ilustrações que compõem o livro *Super Valente*, além de elaborar a tradução do material escrito para o inglês e o espanhol, que não serão debatidos neste trabalho.

A parte inicial do projeto consistiu na discussão do texto-fonte entre os membros do grupo que trabalhariam na frente da AD do material para, então, iniciar-se a produção das descrições das imagens do livro e posterior revisão do material produzido efetuada pela professora coordenadora do projeto. No início dos trabalhos, após a produção da AD da capa do livro e de opções do título para a língua inglesa, foi realizada uma reunião *on-line* com a autora, Alda Soares. Nesta reunião, os processos tradutórios foram apresentados e, a partir de informações compartilhadas por ela, foi realizada uma nova revisão do material audiodescrito. A reunião com a autora foi produtiva porque, além de fornecer a autorização para a tradução do livro, ainda serviu como um ponto de partida para determinar algumas escolhas lexicais mais apropriadas para o contexto, a história e a imagem na preparação do roteiro da AD.



A partir da reunião com a autora, ficou decidido, por exemplo, a inclusão da inserção de uma nota introdutória para iniciar a AD do livro, como pode ser observado a seguir:

Nota introdutória: o livro *Super Valente* é baseado na história real de um menino muito corajoso chamado Valentin. Ele enfrentou o câncer ainda muito pequeno - e venceu! As ilustrações do livro foram produzidas a partir de fotos reais. A cor dourada, (representada muitas vezes por um laço dourado), é o símbolo mundial da conscientização sobre o câncer infantil que é realizada no mês de outubro de cada ano.

Fonte: As autoras (2025)

A nota introdutória apresenta informações importantes sobre a obra, como o fato de ser uma história autoficcional, e das imagens terem sido criadas a partir de fotos de família. Além disso, a nota apresenta a temática do livro, qual seja, o enfrentamento do câncer infantil, situando o leitor nesse tema tão delicado e sensível. Podemos compreender a opção por inserir essa nota introdutória como um gesto de expansão interpretativa, como compreendida por Marins (2023), ou seja, como um recurso valioso para a audiodescrição, em especial de livros infantis, pois “expandir interpretativamente [a descrição das imagens] para a criança cega [...] além de estimular sua imaginação, pode oferecer a ela ferramentas linguísticas e semânticas para a produção de novos sentidos a partir das contribuições do audiodescritor”. Em notas como esta, “não há, no entanto, uma intenção paternalista, maternalista ou capacitista; pelo contrário, é um estímulo ao desenvolvimento da autonomia e da negociação de sentidos pela criança” (Marins, 2023, p. 137).

Faz-se importante ressaltar que as descrições ainda serão gravadas. Até o momento, há apenas o roteiro escrito e finalizado. A etapa da AD compreendeu uma divisão de páginas entre duas audiodescritoras do grupo. As partes foram audiodescritas individualmente por cada uma das tradutoras em um documento compartilhado em que era possível o acesso a qualquer modificação e por meio do qual as tradutoras deixavam comentários com dúvidas ou dificuldades relacionadas às escolhas lexicais e às construções sintáticas. Ao longo do processo, reuniões com o grupo foram realizadas para apresentar o progresso do trabalho e para que fosse possível sanar as dúvidas e dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto. Essa possibilidade de discutir em grupo é compreendida por Pappen (2019) como facilitadora do processo de tradução, pois a oportunidade da troca em grupo e da tradução coletiva, como no caso de todos os projetos propostos pelo grupo GETAI, é um ato político e de empoderamento que oportuniza a divulgação de um material cuja finalidade é a de acesso à leitura a uma comunidade interpretativa mais extensa. Ainda segundo Pappen (2019), a prática da tradução coletiva, que se inicia já desde a escolha do material a ser traduzido, tem sido significativamente legitimada dentro dos Estudos Críticos da Tradução e é entendida como uma formação intelectual e política, que possibilita a troca de conhecimento em coletividade com a finalidade de ser útil para um público ampliado.

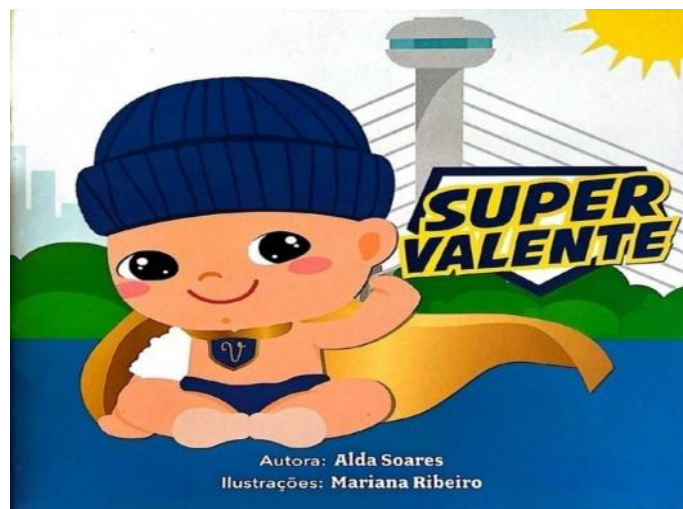
Conforme mencionado anteriormente, o primeiro elemento descrito foi a capa, apresentada na Figura 1. A capa é o primeiro contato do leitor com o livro e tem a função de atrair a atenção e, de alguma maneira, se relacionar com o conteúdo da obra. É também por meio da capa que o leitor toma conhecimento sobre o título da obra, a autora e a ilustradora. A capa do livro *Super Valente* foi, então, descrita da seguinte forma:



Descrição da imagem: Na capa de fundo azul escuro, na parte inferior, e azul bem claro, na parte superior, há arbustos verdes, silhuetas azuis claras de prédios, a ponte estaiada de Teresina e um sol amarelo no canto superior direito atrás de um bebê sentado com as pernas cruzadas. O bebê tem pele clara, olhos grandes e pretos, bochechas rosadas e sorri. Esse bebê é Valentim, o Super Valente. Ele veste uma fralda e um gorro azuis escuros, meias bege e usa uma capa dourada que se abre para o lado direito da página e está presa em seu pescoço por um cordão também dourado. Sobre o peito nu, há um medalhão de fundo azul escuro com a letra “V” dourada no centro. Seu braço direito está apoiado no chão e tem ataduras brancas na altura do peito e o seu braço esquerdo está estendido para o alto com o punho fechado. À direita da página e ao lado da cabeça de Valentim, está o título do livro “Super Valente” em letras azuis escuras com contornos em amarelo. Atrás do título, há uma figura geométrica de cinco lados, chamada pentágono, de bordas azuis escuras e fundo branco com a ponta para baixo. No rodapé, há os nomes da autora do livro, Alda Soares, e da Ilustradora, Mariana Ribeiro. Fim da descrição da imagem.

Fonte: As autoras (2025)

Figura 1: Capa do livro *Super Valente*



Fonte: Super Valente (2022)

A descrição da capa, bem como das demais páginas, seguiu a ordem subsequente do plano de fundo para a imagem principal, colocando sempre o personagem Valentim em evidência. Assim, primeiramente, a ambientação de cores e do fundo foi descrita para situar o ouvinte; determinou-se o plano de fundo como início para, em seguida, passar para o primeiro plano, com o foco em Valentim. A maior parte da descrição se concentrou, assim, no personagem principal do livro, porque o grupo entendeu que este foco era necessário para a visibilidade da história de vida compartilhada no livro. A descrição dos acessórios e vestimentas utilizadas pelo bebê também foi elaborada com minúcia para destacar seu papel de super-herói. É válido ressaltar a menção à presença de cores na descrição, pois, mesmo cegos congênitos, que não possuam uma memória visual das cores por nunca terem enxergado, podem atribuir sentido(s) a esses elementos visuais a partir de outras vias sensitivas. Assim, trazer essa possibilidade de descrição à tona ao mencionar as cores em uma AD é uma forma de questionar o ocularcentrismo vigente, no que se refere ao privilégio da visão em detrimento de outros sentidos, como explica Oña (2019).



Em algumas ilustrações, Valentim aparece com uma bandagem no braço. No processo de descrição, dois termos foram levantados, sendo eles ‘curativo’ e ‘atadura’. A escolha por ‘atadura’ se deu após reflexões em grupo sobre o termo ‘curativo’ não abranger o contexto específico do tratamento ao qual Valentim estava submetido, visto que essa bandagem é posta em volta do braço das crianças para que não haja risco de mover a agulha da medicação durante o tratamento. A tradução coletiva contribui, nesse sentido, para que haja uma sensibilização do trabalho dos tradutores ao expandir as perspectivas e interpretações possíveis a partir do contato com o material e do debate com o grupo, corroborando com a noção de leitura e tradução como processos em constante transformação e movimento.

Discutiu-se em grupo, ainda, sobre como seria elaborada a descrição do gesto feito com os braços por Valentim nas ilustrações. *A priori*, manteve-se “está com os dois braços estendidos para o alto e os punhos fechados”. Após reflexão em grupo, optou-se por acrescentar as informações sobre os cotovelos estarem dobrados e os punhos serrados, resultando em “está com os dois braços levantados para o alto, os cotovelos estão dobrados e os punhos cerrados em sinal de força”. Acredita-se que ao entregar uma espécie de interpretação consciente do material ao fazer a AD, por se tratar de um público infantil, proporciona-se um estímulo à produção de significado(s) que contribui para o desenvolvimento interpretativo da criança.

Um detalhe importante a ser compartilhado foi a estratégia utilizada após a reunião com a autora do livro de referenciar a Ponte Estaiada de Teresina que aparece na capa, ao invés de simplesmente descrever a ponte. Essa opção marca a origem do personagem do livro, Valentim, e também destaca a região Nordeste do país, muitas vezes invisibilizada sócio e culturalmente.

Outra decisão sobre a descrição da capa, que foi realizada em discussão no grupo de tradução, foi a explicação do que vem a ser um pentágono em “há uma figura geométrica de cinco lados, chamada pentágono”. A decisão pela descrição dessa figura geométrica se deu em virtude de o público-alvo do livro ser o infantil e, conforme Frota (2024), para quem a interpretação depende de práticas sociais, convenções culturais e institucionais aprendidas ao longo da vida, ou seja, a interpretação depende de verdadeiras relações estruturais, o que significa que uma criança pode não ser capaz de já ter um conceito do que seria um pentágono firmado em seu imaginário e repertório lexical.

Em síntese, observa-se que o desempenho da tradução coletiva apresenta uma contribuição importante no que se refere à promoção de acessibilidade. Observamos que houve expansão de sentidos, atendimento às necessidades de adaptações lexicais por parte do público-alvo e descrição de elementos que tornam visíveis lutas e lugares que costumam ser apagados. Portanto, esse exemplo de prática de tradução nos ajuda a compreender a importância do respeito às histórias de vida, de lugares e de corpos ao realizarmos versões acessíveis das mais diversas artes.



Considerações finais

Mesmo com a grande disponibilidade de livros infantis no mercado, percebemos como tais materiais carecem de adaptações para que, de fato, sejam acessíveis a todas as pessoas, neste caso, especificamente, a pessoas cegas e com baixa visão. Este trabalho teve como objetivo apresentar e analisar o processo de produção da AD da nota introdutória e da capa do livro infantil *Super Valente*, escrito por Alda Soares e ilustrado por Mariana Ribeiro, desenvolvido no âmbito de um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá. Discutimos a AD enquanto modalidade de tradução audiovisual e recurso de acessibilidade literária, considerando as especificidades da literatura infantil e as necessidades de acesso de crianças com deficiência visual. Para que o objetivo geral pudesse ser atendido, analisamos o processo de produção coletiva dos roteiros de audiodescrição, desenvolvidos por meio da discussão do texto de partida, da elaboração colaborativa das descrições, de reuniões para discussão e da revisão das escolhas tradutórias, além do diálogo com a autora da obra.

Os resultados evidenciaram que o processo coletivo de produção da AD foi significativo para a construção das escolhas tradutórias e que as discussões realizadas pelo grupo contribuíram para problematizar escolhas lexicais e interpretativas. Foram discutidas escolhas específicas, como a utilização de “ata-dura” em vez de “curativo”, e a explicação do termo “pentágono”, considerando tanto o contexto da narrativa quanto as características do público infantil. A análise permitiu compreender que a AD, quando desenvolvida como prática tradutória coletiva, contribuiu para situar espacial e culturalmente a narrativa e oferecer elementos para a construção de sentidos por parte do público com deficiência visual.

Como contribuição tanto acadêmica quanto social, o estudo destaca a ferramenta de TA conhecida como AD para ampliar as possibilidades de participação de crianças com deficiência visual em práticas de leitura e de fruição estética. A produção da AD analisada também evidencia que elementos visuais podem carregar informações relacionadas à história de vida, à identidade, à cultura e ao espaço geográfico, aspectos que precisam ser considerados na construção de versões acessíveis. Por fim, o trabalho aponta para a necessidade de ampliar a produção de recursos de acessibilidade voltados à literatura infantil.

Referências

BARBOSA, Luciane Maria Molina Esculpindo imagens com palavras: a consultoria em audiodescrição. In: PERROTTI-GARCIA, A. J.; BRAHEMCHA, F. (Org.). **Ao vivo e a cores: relatos de casos de audiodescrição de eventos ao vivo**. São Paulo: Editora Livro falante. 2021.



BRASIL. Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021. **Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14126.htm. Acesso em: 21 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo escolar da educação básica 2013: resumo técnico**. Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf. Acesso em: 21 mar. 2026.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 21 mar. 2026.

DIRTH, Thomas; ADAMS, Glenn. Decolonial theory and disability studies: on the modernity/coloniality of ability. **Journal of Social and Political Psychology**, Amsterdam, v. 7, n. 1, p. 260-289, abr. 2019.

ENAP. **Introdução à Audiodescrição**. Brasília-DF: Escola Nacional de Administração Pública, Diretoria de Educação Continuada, 2020.

FERRARI, Luciana. Deficiência, linguagem e decolonialidade: e se pensássemos o mundo a partir da deficiência? In: NASCIMENTO, A.; MENICONI, F.; IFA, S. (Org.) **Linguística aplicada na contemporaneidade: Práticas decoloniais, letramentos críticos e discurso no ensino de línguas**. 1. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

FERRARI, Luciana. Sobre conservar a deficiência: um relato de experiência. In: ONO, F.; FERRARI, L (Org.) **Pensando o mundo a partir da deficiência: narrativa de dentro para fora**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

FROTA, Maria Paula. Tradução, pós-estruturalismo e interpretação. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 83-90, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5077>. Acesso em: 09 set. 2025.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução: Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.



MARINS, Liliam Cristina. A audiodescrição poética como modalidade de tradução literária: expansões interpretativas. **Revista de Literatura, História e Memória**. Cascavel, v.19, n. 33, p. 126-151, jul. 2023.

MENEZES, Marx. ADp: framework de audiodescrição poética. 2019. 253 f. Tese (Doutorado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/36020>. Acesso em: 20 mar. 2026.

OÑA, Lenin Carrera. **Ocularcentrismo: cuando el sentir supera al ver**. Quito: Casa Andina, 2019.

PAPPEN, Paulo Henrique. A las barricadas!, uma versão brasileira: sobre a tradução coletiva. **Urdimento**, Florianópolis, v.2, n.35, p. 13-25, ago./set. 2019.

PLAZA, Júlio. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

PRAXEDES FILHO, Pedro Henrique Lima; ARRAES, Daniel de Albuquerque e. Avaliar ou não Avaliar, eis a questão: o estado da arte nas pesquisas sobre avaliatividade em audiodescrição. **Trab. Linguíst. Apl**, v. 56, p. 379-405, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/yCMnB7GtJj3jkvPqmLvngxjr/?lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2025.

SÁ, Luana Rodrigues da Silva. **Introdução à audiodescrição: audiodescrição em livros e publicações curtas**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2020. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5299/4/Mod_4_Audiodescri%C3%A7%C3%A3o%20em%20livros%20e%20publica%C3%A7%C3%B5es%20curtas.pdf. Acesso em: 09 de jan. 2026.

SOARES, Alda. **Super Valente**. 2022.

VERGARA-NUNES, Elton. **Audiodescrição didática**. 2016. 412 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167796>. Acesso em: 21 mar. 2026.

Recebido em: 13/03/2026

Aceito em: 18/08/2026